



# CARTOGRAFANDO O DESIGN ESPONTÂNEO PERIFÉRICO NO RIO DE JANEIRO E RECIFE: A EXPERIÊNCIA DA ESCRAVIDÃO COMO FIO CONDUTOR PARA UMA CONTRANARRATIVA NO DESIGN<sup>1</sup>

## MAPPING SPONTANEOUS PERIPHERAL DESIGN IN RIO DE JANEIRO AND RECIFE: THE EXPERIENCE OF SLAVERY AS A GUIDING THREAD FOR A COUNTER-NARRATIVE IN DESIGN

Pamela Cordeiro Marques Corrêa<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0001-8666-7719>

Marisa Cobbe Maass<sup>3</sup>

 <https://orcid.org/0000-0001-7640-9927>

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2022.v14.14813>

Recebido em: 14 de dezembro de 2021.

Primeira revisão: 30 de março de 2022.

Revisão final: 05 de junho de 2022.

Aprovado em: 05 de junho de 2022.

---

1 A cartografia apresentada neste artigo é resultante de pesquisa de campo. Este artigo, portanto, é parte da dissertação intitulada (em caso de aceite, deverá ser incluída depois, para não comprometer a avaliação por pares).

2 Pamela Cordeiro Marques Corrêa é graduada em Design de Interiores pela Unesa/RJ, pós-graduada em Design de Móveis pela UVA/RJ, mestra em Design pela UnB/DF e atualmente cursa doutorado na ESDI/UERJ com pesquisa focada em design espontâneo periférico e suas questões sociais e políticas. Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão CURA - Cultura Urbanismo Resistência Arquitetura. <http://lattes.cnpq.br/5411991839951854>

3 Marisa Cobbe Maass é graduada em Arquitetura e Urbanismo, mestre em Teoria e História pela UnB e doutora em Estética do Design, com estágio na Universidade de Paris 1, Sorbonne. Concluiu o pós-doutoramento na Universidade do Porto em 2017. É professora do Departamento de Design da Universidade de Brasília desde o ano 2000 e pesquisadora no PPG Design. Lidera o Grupo de Pesquisa Design Educação. <http://lattes.cnpq.br/1114384517661428>

**RESUMO:** Este trabalho desenvolve uma contranarrativa a partir do design espontâneo periférico, ou seja, de soluções intuitivas criadas em situação de escassez de recursos, contextualizando seu uso em dois dos maiores centros escravistas do Brasil no Império: Rio de Janeiro e Recife. Através da cartografia, foi possível observar gambiarras nas comunidades delimitadas, contribuindo para o início da construção de uma outra história do design, que procura visibilizar a produção material daqueles que (re)existem nas atuais periferias capitalistas.

**Palavras-chave:** design espontâneo periférico; contranarrativa; gambiarra; produção material.

**ABSTRACT:** This work builds a counter-narrative based on spontaneous peripheral design, that is, on intuitive solutions created in a situation of resource scarcity, contextualizing its use in two of the largest slave centers in Brazil during the Empire period: Rio de Janeiro and Recife. Through cartography, it was possible to observe *gambiarras* in the selected communities, contributing to initiate the construction of an alternative history of design, which seeks to make visible the material production of those who (re)exist in the current capitalist peripheries.

**Keywords:** spontaneous peripheral design; counter-narrative; gambiarra; material production.

## 1 Introdução

Diante da crise civilizatória iminente que intensifica a desigualdade mundial resultante de um processo histórico colonial e imperialista e expõe as articulações da atual dinâmica econômica global, o debate sobre caminhos para uma transformação social efetiva se torna inevitável. Uma parte significativa do campo do design questiona sua responsabilidade dentro deste contexto e surgem diversas propostas para lidar com a situação. Nesse processo, o entendimento do que é o design e sua abrangência também entram em pauta.

A perspectiva alinhada ao pensamento decolonial do antropólogo Arturo Escobar (2018) de que o design está comprometido com a produção da vida, ou seja, com a capacidade do homem de intervir no seu meio para viver, é aplicada à este trabalho, pois permite o reconhecimento de experiências intuitivas projetuais — que por questões estruturais e históricas foram invisibilizadas — como práticas de design que podem assumir a qualidade de tecnologia política capaz de catalisar transformações sociais por possuírem em sua natureza a busca por emancipação.

Adota-se, de acordo com Riul et al (2015, p. 64), o conceito de design espontâneo da pesquisadora Maria Cecilia Loschiavo dos Santos (2003) de “prática de resistência criativa de procurar soluções engenhosas aplicáveis à resolução de problemas concretos, num contexto de severa falta de recursos” para designar as práticas de intervenção de artefatos industriais

(como as gambiarras mapeadas na pesquisa) acrescido do termo periférico, pois o foco de investigação está inserido num contexto informal e de situação de escassez de recursos e ferramentas produtivas, seja numa escala de análise macroestrutural (considerando a classificação geográfica e socioeconômica global: Centro e Periferia), ou microestrutural (assumindo as desigualdades sociais existentes dentro da própria Periferia Capitalista — a “periferia da periferia”).

Importante destacar que existem entendimentos distintos para a expressão “gambiarra”, inclusive algumas interpretações pejorativas como “jeitinho brasileiro”. Neste trabalho, a gambiarra é compreendida de acordo com os estudos de Rodrigo Bouffleur (2006), como um termo utilizado informalmente para designar improvisações, adaptações, reparos, engenhocas e etc. Ou seja, a gambiarra é uma atividade espontânea; é a capacidade de subversão do uso predeterminado de peças e objetos de variados tipos.

Conforme alerta Ursula K. Le Guin (1989 – [2020?]) “é a história que faz a diferença”. Para se seguir então em direção à transformação social desejada são necessários outros imaginários. Para tanto é preciso, entre diversas mudanças, outras histórias — aquelas não contadas, dos cotidianos. Sem heroísmos. Assim, a proposta do trabalho se dá em contar uma história de proximidade entre Rio de Janeiro e Recife através de seu design espontâneo periférico, tendo como fio condutor a experiência da escravidão. Uma contranarrativa sobre a produção da vida — porque não corresponde ao padrão hegemônico —; uma contranarrativa do design.

## 1.1 Cenário da pesquisa

Segundo a historiadora Valéria Gomes Costa (2013), os dados existentes sobre a escravidão no Brasil (fig. 1) comprovam que Recife foi a terceira capital africana do Império: Pernambuco recebeu cerca de novecentos mil escravizados africanos que deixaram diferentes marcas no seu tecido social e ainda se reinventam e forjam o seio urbano. O Rio de Janeiro foi a capital do Império, onde se localizava a Corte; por consequência, tornou-se o centro econômico e político do Brasil, e líder na região Sudeste em importações de negros. Logo atrás, em números de indivíduos advindos de nações africanas, encontra-se a Bahia — na qual Salvador havia sido sede administrativa do governo colonial, com economia então dependente de mão-de-obra escrava; portanto, a primeira capital brasileira sob o comando de Portugal e a segunda capital escravista.

**Figura 1: Dados do tráfico transatlântico de escravizados no Brasil.**

Destino	Embarques		Desembarques	
	Número	%	Número	%
<b>TOTAL</b>	<b>5.532.126</b>	<b>100,0</b>	<b>4.864.375</b>	<b>100,0</b>
Amazônia	162.702	2,9	142.231	2,9
Bahia	1.736.308	31,4	1.550.354	31,9
<b>Pernambuco</b>	<b>960.478</b>	<b>17,4</b>	<b>853.833</b>	<b>17,6</b>
Sudeste	2.608.574	47,1	2.263.916	46,5
Indeterminado	64.064	1,2	54.041	1,1

Fonte: COSTA, 2013, p. 194.

Considerando esse quadro histórico, a experiência da escravidão nos espaços urbanos do Rio de Janeiro e Recife se torna o fio condutor para a construção da contranarrativa. Para delimitar a amostra<sup>4</sup>, o critério para a escolha dos grupos sociais (comunidades) estudados é a proximidade com o antigo porto do Rio de Janeiro — Cais do Valongo, onde chegavam e eram comercializados os escravizados africanos — e a posterior conformação ao seu redor da Pequena África, que se tornou a mais significativa comunidade afro-brasileira na região; e em Recife, o bairro de Brasília Teimosa, ocupação símbolo de resistência na cidade, situado também em sua zona portuária.

## 2 Incursão nos espaços urbanos

Partindo da **espontaneidade** e da **subversão** do design espontâneo periférico, estas qualidades foram estendidas ao processo cartográfico de coleta de dados nos espaços urbanos delimitados. Apoiada na experiência desenvolvida pelo pesquisador Clorisval Pereira Júnior e do professor Mauro Pinheiro — que em parceria realizaram uma oficina de mapeamento colaborativo, em novembro de 2016, na Escola Superior de Desenho Industrial (Esdi) do Rio de Janeiro — a metodologia utilizada por eles foi adaptada para a execução da pesquisa. Neste estudo, optou-se por não explorar a estratégia do desvio, não somente pelo carácter de escassez de recurso, sobretudo tecnológico, mas também pela falta de conhecimento de meios e ferramentas, até mesmo para se pensar uma possibilidade de transgressão.

4 Apesar da intenção inicial de estudar as três principais capitais escravistas, por conta de limitações financeiras, a cidade de Salvador (Bahia) não pode ser cartografada durante o tempo de pesquisa do mestrado, tornando-se, assim, uma possibilidade de continuação e ampliação futura do trabalho. A escolha por Recife se deu por conta da principal base teórica de comparação dos artefatos espontâneos na feitura da dissertação, o conceito de desobediência tecnológica do pesquisador cubano Ernesto Oroza, que esteve na cidade e observou semelhanças entre as gambiarras recifenses os improvisos cubanos.

Para o desenvolvimento dos experimentos foram adotadas duas táticas centrais da psicogeografia proposta pelos Situacionistas: a deriva e o desvio. A deriva, *derivé*, é antes de mais nada um comportamento lúdico-constructivo que propõe a construção de uma nova experiência com o espaço urbano a partir do rompimento com a racionalidade e com as estruturas dominantes da cidade (Debord, 1958). O desvio, *détournement*, ou redirecionamento, propõe uma apropriação de mídias e mecanismos mercadológicos, comumente utilizados pela sociedade de consumo, para uma subversão de mensagens e de informações (Debord e Wolman, 1956) (PEREIRA JR, 2018, p. 02).

Conforme explicado por Pereira Jr (2018), os integrantes do workshop caminharam pelas ruas do centro do Rio de Janeiro à procura de achar e registrar, através de *smartphones*, amostras de improvisações no espaço urbano: as gambiarras. O objetivo foi fotografar “puxadinhos” em bancas, sinalizações de uso informal, cadeiras dispostas nas calçadas para uso de porteiros, vigias e “guardadores” e outros artefatos inusitados encontrados pelo trajeto. “Nos mapeamentos realizados, procuramos romper com a estrutura dominante da grade urbana, buscando dar visibilidade a experiências com o espaço urbano que são carentes de enunciação.” (PEREIRA JR, 2018, p. 02).

Compartilhando da mesma intenção, a incursão nos territórios definidos em busca das gambiarras foi iniciada.

## 2.1 O Morro da Conceição na Pequena África

As proximidades do porto do Rio de Janeiro, desde a escravidão, passando pela abolição e resistindo até hoje às investidas de gentrificação, são espaços de concentração de negros de diversas etnias que encontraram ali oportunidade de trabalho e de acolhimento social. Além dos escravizados alforriados da própria cidade, negros libertos da Bahia e de outras regiões do interior do país fugiam para a **Pequena África** (fig. 2) atrás de melhores condições de vida, de emprego e de senso de comunidade (BARBER; MACKAY, 2016, online). Erika Bastos Arantes (2005) conta que o sambista negro e habitante da zona portuária, Heitor dos Prazeres, usou a frase “Era a Pequena África no Rio de Janeiro” para descrever a área, que pulsava com rituais religiosos e encontros musicais nas primeiras décadas do século XX. Junto aos negros e africanos misturavam-se também brancos e pardos, muitos estrangeiros e imigrantes (principalmente após o processo de abolição da escravatura) nas festas de religiões afrobrasileiras, como o candomblé e umbanda, e nas rodas musicais que deram origem ao samba.

A Pequena África, um território de 1,13 quilômetro quadrado que abrange os bairros da Saúde — onde está a Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal, Gamboa e Santo Cristo<sup>5</sup> é o “lar histórico da comunidade afro-brasileira na região Portuária do Rio de

---

5 Há divergência entre fontes sobre os bairros que compõem a Pequena África. Alguns consideram parte de São Cristóvão, como consta nesta reportagem do jornal Extra de 2012: <https://extra.globo.com/noticias/rio/pequena-africa-renasce-no-cais-do-porto-do-rio-4763936.html>. Enquanto outros

Janeiro” (BARBER; MACKAY, 2016, online).

**Figura 2: Pequena África.**



Fonte: Jornal online O Globo. Disponível em:

[https://oglobo.globo.com/rio/pequena-africa-joia-do-rio-pode-ter-protECAo-da-lei-23694595?fbclid=IwAR2s-5zh6F9QZLwPY8rBN8TvuWDSaW18IFks0oRFOBqRidRg9sy\\_rdgoncZ8](https://oglobo.globo.com/rio/pequena-africa-joia-do-rio-pode-ter-protECAo-da-lei-23694595?fbclid=IwAR2s-5zh6F9QZLwPY8rBN8TvuWDSaW18IFks0oRFOBqRidRg9sy_rdgoncZ8)

Para o resgate e preservação da história e cultura afro-brasileira da região carioca e manter visível no tecido urbano e na sociedade as marcas deixadas pelo crime de escravidão, em 2011, a Prefeitura do Rio de Janeiro, através do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade e do Porto Maravilha Cultural, fundou o **Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana** composto pelo Cais do Valongo e Cais da Imperatriz, Jardim Suspenso do Valongo, Pedra do Sal, Largo do Depósito, Cemitério dos Pretos Novos e Centro Cultural José Bonifácio. Na descrição do circuito, no site da **Operação Urbana do Porto Maravilha**<sup>6</sup> gerida pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto

incluem o bairro de Cidade Nova, como pode ser verificado no livro Comunidade Quilombola da Pedra do Sal, da coleção Terras de Quilombos, de 2016, disponível neste link: [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/terras\\_de\\_quilombos\\_pedra\\_do\\_sal-rj.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/terras_de_quilombos_pedra_do_sal-rj.pdf). Na pesquisa, foi escolhida como fonte, a informação mais recente, de 2019, da reportagem do O Globo: [https://oglobo.globo.com/rio/pequena-africa-joia-do-rio-pode-ter-protECAo-da-lei-23694595?fbclid=IwAR2s5zh6F9QZLwPY8rBN8TvuWDSaW18IFks0oRFOBqRidRg9sy\\_rdgoncZ8](https://oglobo.globo.com/rio/pequena-africa-joia-do-rio-pode-ter-protECAo-da-lei-23694595?fbclid=IwAR2s5zh6F9QZLwPY8rBN8TvuWDSaW18IFks0oRFOBqRidRg9sy_rdgoncZ8).

<sup>6</sup> Segundo o site oficial, a descrição do projeto: “O Porto Maravilha foi concebido para a recuperação da infraestrutura urbana, dos transportes, do meio ambiente e dos patrimônios histórico e cultural da Região Portuária. No centro da reurbanização está a melhoria das condições habitacionais e a atração de novos moradores para a área de 5 milhões de metros quadrados(m<sup>2</sup>). A chegada de grandes empresas, os novos incentivos fiscais e a prestação de serviços públicos de qualidade estimulam o crescimento da população e da economia. Projeções de adensamento demográfico indicam salto dos atuais 32 mil para 100 mil habitantes em 10 anos na região que engloba na íntegra os bairros do Santo Cristo, Gamboa, Saúde e trechos do Centro, Caju, Cidade Nova e São Cristóvão.” Disponível em: <https://www.portomaravilha.com.br/portomaravilha>. Apesar da meta estabelecida, o que se pode observar foi um processo de gentrificação da área, com aumento do valor das moradias, especulação imobiliária, remoção compulsória — sobretudo dos mais pobres e deslocamento dos moradores que não possuem condições de arcar com o novo custo de vida na região. Para aprofundamento da discussão, recomenda-se a leitura do artigo *Gentrificação na Zona Portuária do Rio de Janeiro: Deslocamentos Habitacionais e hiper precificação*

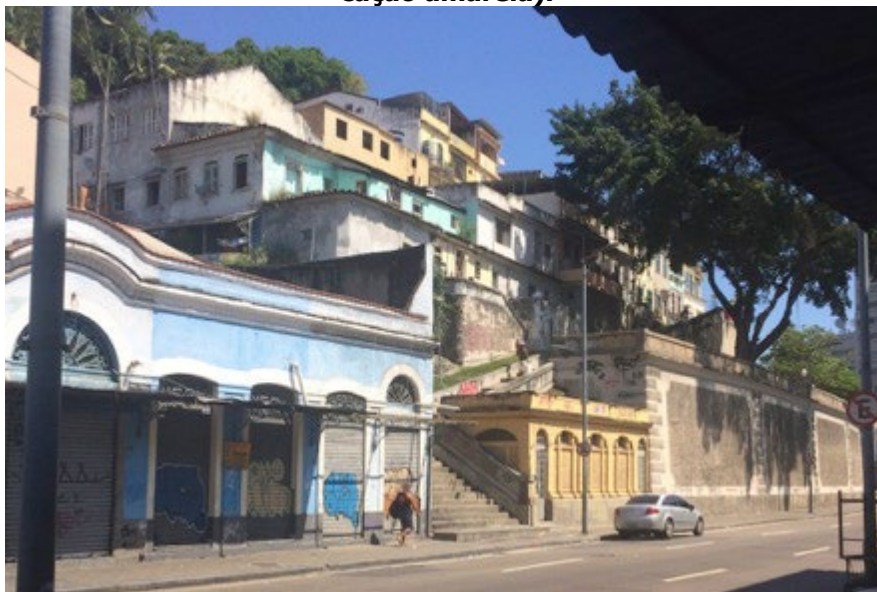


do Rio de Janeiro (Cdurp), conta que cada um dos marcos

[...] remete a uma dimensão da vida dos africanos e seus descendentes na Região Portuária. **O Cais do Valongo e da Imperatriz** representa a chegada ao Brasil. **O Cemitério dos Pretos Novos** mostra o tratamento indigno dado aos restos mortais dos povos trazidos do continente africano. **O Largo do Depósito** era área de venda de escravos. **O Jardim do Valongo** simboliza a história oficial que buscou apagar traços do tráfico negreiro. Ao seu redor, havia casas de engorda e um vasto comércio de itens relacionados à escravidão. **A Pedra do Sal** era ponto de resistência, celebração e encontro. E, finalmente, a antiga escola da Freguesia de Santa Rita, **o Centro Cultural José Bonifácio**, grande centro de referência da cultura negra, remete à educação e à cultura como instrumentos de libertação em nossos dias (PORTO MARAVILHA, 2019, online).

Dentre estes espaços históricos, **o Jardim Suspenso do Valongo** (fig. 3) se tornou o ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa de campo pois ao seu lado está o **espaço cultural da Tia Ciata**<sup>7</sup>.

**Figura 3: Acesso ao Morro da Conceição. Jardim Suspenso do Valongo e Casa da Tia Ciata (edificação amarela).**



Fonte: Vitor Vogel.

Nascida na Bahia, Hilária Batista de Almeida se tornou **Tia Ciata** (fig. 4) nas redondezas da zona portuária carioca. Chegou ao Rio<sup>8</sup> aos 22 anos junto com sua primogênita e teve mais 14 filhos com João Baptista da Silva. Considerada uma das principais figuras de

*da terra urbana* do pesquisador Bruno Pereira do Nascimento, disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/5716/4933>

<sup>7</sup> Além da galeria que mantém viva a memória de Tia Ciata, o espaço também é a sede da Organização dos Remanescentes da Tia Ciata (ORTC). Site oficial da organização: [www.tiaciata.org.br/casa](http://www.tiaciata.org.br/casa).

<sup>8</sup> As informações sobre sua vida foram levantadas pela biografia no site oficial e também em visita ao espaço cultural. Disponível em: [www.tiaciata.org.br/tia-ciata/biografia](http://www.tiaciata.org.br/tia-ciata/biografia)

resistência negra de sua época, fez história como precursora da tradição das baianas quituteiras no Rio de Janeiro, como respeitada mãe de santo no candomblé (quando ainda era considerado proibido), pelas suas famosas festas para celebrar seus orixás, também pela sua sabedoria que até curou o presidente Venceslau Brás de uma enfermidade que nenhum médico deu conta (em retribuição, as reuniões em sua casa foram autorizadas).

**Figura 4: Foto de Tia Ciata.**



Fonte: Disponível no site oficial: [www.tiaciata.org.br/](http://www.tiaciata.org.br/).

Atentos à condição marcante de diversidade socioespacial na cidade do Rio de Janeiro, em 2017, estendendo para 2018, o Museu do Amanhã — situado no Porto Maravilha do Rio, promoveu sua primeira exposição totalmente desenvolvida pela sua equipe interna (OLIVEIRA, 2017, p. 06). “Inovações — Criações à brasileira” tratou justamente sobre as possíveis formas de inovação num território tão complexo e desigual como o Brasil. Dentre os personagens extraordinários selecionados está Tia Ciata, como uma das grandes inovadoras brasileiras por suas habilidades gastronômicas, por sua atuação religiosa e na comunidade negra, pela sua associação com o samba e por ter costurado roupas para mulheres e homens da alta sociedade ao mesmo tempo que confeccionava figurinos para teatros e desfiles carnavalescos. Enfim, por tudo que significou e ressignificou na sociedade pós-abolicionista carioca (TIA CIATA, 2019, online).

Foram apresentados desde projetos que necessitam de um alto investimento até práticas baseadas em saberes informais de comunidades. Em seu trabalho sobre o museu, a pesquisadora Amanda Pedroza (2018, p. 81-82) descreve que



A proposta da exposição é abordar a inovação desde a indústria de ponta às artes e às chamadas tecnologias sociais. As tecnologias sociais são definidas como produtos, técnicas e metodologias que apresentam soluções efetivas para a transformação social de comunidades locais, de forma sustentável. Esse conceito pressupõe as comunidades como parte ativa na elaboração, pesquisa e implementação dos projetos.

Essa proposta de compartilhamento, integrando pesquisadores e comunidade, busca questionar a primazia do conhecimento científico "formal" ou "acadêmico" e visibilizar outras possibilidades de produzir inovação e transformação social, baseadas no saber local ou na experiência acumulada de comunidades tradicionais. [...]

A multiplicidade de exemplos expostos nessa exposição busca incluir e reconhecer metodologias e práticas de grupos tradicionalmente marginalizados como os indígenas, moradores de favelas, populações ribeirinhas e a comunidade surda.

Pode-se afirmar que foi uma iniciativa com vários objetivos: resgatar a memória, desafiar a percepção negativa associada à periferia, promover o intercâmbio cultural e dar visibilidade àqueles que resistem cotidianamente, criando alternativas de ações e objetos, transformando seus espaços e conseqüentemente a sociedade. Dentro do espaço urbano, a condição de pobreza imposta a estes cidadãos e suas conseqüências sociais forçam o debate com as outras classes econômicas. Essa diversidade socioespacial que pode gerar uma certa movimentação social é uma condição favorável das grandes cidades. E é por essa coexistência e interação que "a cidade encontra o seu caminho para o futuro" (SANTOS, 2006, p. 219).

Apesar de sua localização na zona portuária do Rio, do contexto histórico da região e de seu nome, o **Morro da Conceição** não é considerado uma favela, mas uma periferia da área central carioca. A pesquisa etnográfica de Flávia Carolina da Costa (2010, p. 09) revelou "o Morro da Conceição como um espaço singular, construído na alternância classificatória entre "ser" cidade e "ser favela". E nesta oscilação está contida as lutas que tentam assegurar sua diversidade espacial e simbólica.

A incursão se concretizou com a companhia de um amigo que tem intimidade com as ruas do bairro, além de ser fotógrafo e historiador. O encontro aconteceu no Museu de Arte do Rio - MAR, na Praça Mauá. Dali seguimos em direção à Pedra do Sal (fig. 5). Inicialmente a ideia era ter como ponto de partida a Casa da Tia Ciata. Porém, estávamos caminhando pela rua Sacadura Cabral e consideramos a entrada no espaço. O "não planejado" também é parte da proposta de coleta das imagens.

**Figura 5: Acesso para o Morro da Conceição pela Pedra do Sal.**



Fonte: Vitor Vogel.

No encontro do fim da Pedra e o início de uma viela de paralelepípedos, encontramos o primeiro exemplar de gambiarra: um carrinho para vender cervejas e outras bebidas nos dias de evento no local, construído a partir de um carrinho de abastecimento, barras de ferro presas por dois anéis de metal para a construção do “varal” que apresenta os produtos e mais um porta coisas de plástico (fig. 6).

**Figura 6: Carrinho de bebidas.**

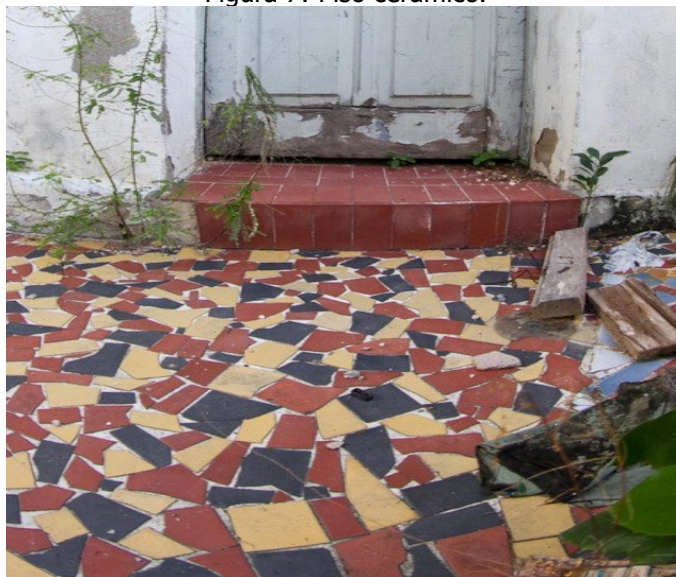


Fonte: Vitor Vogel.

Logo ao lado avistamos em uma casa antiga, um tipo de revestimento (fig. 7) de ca-

cos de cerâmica que possui uma história curiosa.

Figura 7: Piso cerâmico.



Fonte: Vitor Vogel.

Manoel Botelho (2013, online) conta que este padrão de cacos foi inventado por um operário de uma cerâmica, que, por falta de recursos, aproveitou o refugo da fábrica para revestir o próprio quintal. Unindo apelo estético e baixo custo, o padrão se espalhou, virou moda e logo se tornou febre decorativa em todo o país. A procura por cacos aumentou tanto que as cerâmicas passaram a vender o que antes era descartado; e quando faltava refugo, quebravam as peças novas para cobrar mais pelos estilhaços. E assim mais um exemplo de design popular espontâneo foi assimilado pela lógica capitalista.

Depois de explorar esse pequeno pedaço, optamos por voltar para a rua Sacadura Cabral em direção à Casa da Tia Ciata, o ponto de referência previamente escolhido. Pela calçada, nos deparamos com um jardim de vasos inusitados: vaso de bacia sanitária, vaso de balde, vaso de galão (fig. 8).



**Figura 8: Jardim com vasos reaproveitados.**

Fonte: Vitor Vogel.

Chegamos à Casa da Tia Ciata ao mesmo tempo que o responsável pela abertura e apresentação do espaço cultural naquele dia. Em poucos minutos já estávamos sendo conduzidos pela fantástica história de Tia Ciata (fig. 9). Neste momento ficamos sabendo que esta casa nunca foi moradia da família (foi apenas cedida para o centro cultural).

**Figura 9: Casa da Tia Ciata.**

Fonte: Vitor Vogel.

Após a visita, seguimos subindo o Morro da Conceição pela Ladeira Pedro Antônio, rumo ao Observatório do Valongo da UFRJ. Continuamos a investigação pela Rua do Jogo da Bola em direção à Fortaleza do Morro da Conceição. Pelo percurso foi registrado exemplares significativos (fig. 10 e 11).

**Figura 10: Garrafa PET adaptada para porta-sacos.**

Fonte: Vitor Vogel.

**Figura 11: Cacos de vidro no muro para proteção da casa.**

Fonte: Vitor Vogel.

Chegando ao largo em frente à fortaleza, nos pareceu ser mais interessante seguir pela rua Major Daemon (pela sua sinuosidade e paisagem) e descer até a rua Acre. De lá, contornar o morro até chegar às escadas da Travessa do Liceu. Na Rua Major Daemon encontramos gambiarras associadas à arquitetura (fig. 12 e 13).



**Figura 12: "Puxadinho" denunciado pelo revestimento.**

Fonte: Vitor Vogel.

**Figura 13: Grade de ripas; sendo uma estendida para suportar a antena.**

Fonte: Vitor Vogel.

Caminhamos pela Rua Acre até a Travessa do Liceu, subimos as escadas e chegamos na Ladeira do João Homem. Por ali fizemos uma rápida parada antes de seguir para o último percurso e nos deparamos com uma solução decorativa feita com reaproveitamento de materiais (fig. 14).

**Figura 14: Recipientes de plástico como solução decorativa.**

Fonte: Vitor Vogel.

A meta estabelecida foi subir a Ladeira do João Homem, refazer o trajeto até o ponto de partida que também se tornou o de chegada. A partir dali caminhar até nossos destinos despreziosamente e esperar que a urbanidade nos presenteasse com mais algum produto inusitado. Em torno da altura entre a Rua Camerino e a Avenida Passos, fomos surpreendidos por adaptação de bicicleta (fig. 15) no trânsito. E assim termina o mapeamento das gambiarras cariocas.

**Figura 15: Bicicleta adaptada.**



Fonte: Vitor Vogel.

### 3.4 Brasília sem capital: Brasília Teimosa

Segundo Cilene Camila da Silva Souza e Daniella Maria Cardoso Brito Alves (2018), o processo de urbanização de Recife ocorreu em três diferentes períodos: “com a invasão e a urbanização holandesa (1630-1654), com a urbanização e [sic] portuguesa (1654 – até o final do século XVIII) e as transformações do Recife urbanizado no século XX” (SOUZA; ALVES, 2018, não paginado). Nesta última fase, famílias inteiras de várias regiões interioranas do Estado deixaram suas terras e histórias para trás em direção de novas oportunidades e melhores condições de vida em Recife. A migração para a capital pernambucana acentuou as desigualdades sociais e empurrou os migrantes sertanejos para situações degradantes, como moradias irregulares e insalubres nas periferias da cidade.

A pesquisadora Ana Suassuna Fernandes (2010, p. 35) aponta que de acordo com Rosa Maria Cortês de Lima (2005, p. 90), de 1930 a 1960, ocorreram remoções e demolições patrocinadas pela administração pública, visando novos projetos de ampliação de Recife. Estas iniciativas forçaram a ida da população de baixa renda para áreas alagadas e de morros da cidade, acentuando sua condição de vulnerabilidade.

Nessas condições, as favelas, os assentamentos populares, os loteamentos clandestinos, as moradias autoconstruídas impõem-se na mancha urbana como alternativa de acesso à habitação, no que pesem as precárias condições que recobrem essas territorialidades.

**Brasília Teimosa** começa a se erguer em palafitas nesta época, nas condições descritas, numa região que, nas palavras ditas por um dos entrevistados por Fernandes (2010, p. 33) para sua pesquisa “Era tudo só areia e mangue! (grifo nosso)”. A resistência teimosense é marca de nascença. Maria Carolina Maia Monteiro (2012, p.14), conta que

No ano de 1956, cinco pescadores embarcaram em uma jangada de sete metros de comprimento por 1,90 de largura para uma longa viagem, do Recife até o Rio de Janeiro. A aventura partiu de uma área localizada na Bacia do Pina, na Zona Sul da capital pernambucana, e durou 35 dias até que eles chegassem ao destino, levando na bagagem os sonhos e as esperanças de cerca de doze mil pessoas, em sua maioria pescadores iguais a eles. O objetivo: assistir à posse do então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, e cobrar dele um compromisso para garantir a posse da terra e melhores condições de vida para os moradores da comunidade de Brasília Teimosa, a mais antiga ocupação urbana da capital pernambucana.

A história dos “guerreiros do mar”, como ficaram conhecidos os pescadores, é lembrada até hoje com orgulho pelos moradores do bairro que resistiu bravamente às inúmeras tentativas de desocupação do terreno e ainda luta contra a especulação imobiliária neste que é um dos pedaços mais cobiçados do Recife. A aventura sintetiza a determinação e a disposição dos seus habitantes em brigarem pelos 64,5 hectares surgidos a partir de um aterramento chamado de Areal Novo e iniciado em 1909 para abrigar um parque de tancagem para armazenamento de líquidos inflamáveis do Porto do Recife.

O programa de expansão do porto não foi implementado e o aterro ficou em litígio. Por sua condição, nesta época ainda não despertava a especulação imobiliária. No final da década de 40, acabou sendo invadido e ocupado primeiramente pelos trabalhadores das docas e pescadores que fundaram a Colônia Z-1, que persiste e é influente na comunidade, e mais tarde pelos migrantes que chegavam à Recife (FERNANDES, 2010; MONTEIRO, 2012).

A comunidade contabiliza sucessivas intervenções urbanísticas. As primeiras palafitas foram retiradas no início da década de 80 e as famílias encaminhadas para o conjunto habitacional Vila da Prata, no próprio bairro. Nesta mesma época, o bairro virou Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Os casebres de madeira na beira-mar, em risco constante com as marés altas, voltaram porque não houve preocupação por parte do poder público de requalificar a área desocupada (FERNANDES, 2010; MONTEIRO, 2012).

Em seguida foram realizadas mais duas realocações para as vilas Moacir e Teimosinho. Este último projeto foi elaborado por pressão popular em resposta a uma proposta da Empresa de Urbanização do Recife - URB que pretendia remover os moradores locais e destinar o bairro para as classes altas, com implantação de área de turismo, lazer e comércio. Os dois programas também foram acometidos pelo mesmo descaso da gestão pública que não requalificou o espaço depois da saída das famílias. Novas palafitas foram construídas e o problema habitacional perdurou (FERNANDES, 2010; MONTEIRO, 2012).



Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil em 2002, o bairro de Brasília Teimosa vislumbrou a oportunidade de resolver sua realidade de habitação local.

Apenas em 2004, depois de vários projetos capitaneados pelos governos Federal, Estadual e Municipal, as últimas palafitas foram derrubadas e seus moradores realocados para conjuntos habitacionais construídos no próprio bairro e em outras localidades da capital pernambucana, iniciando uma nova etapa da vida social do bairro. Onde antes se viam barracos suspensos por pedaços de madeira e ruelas por onde o esgoto corria a céu aberto, agora estão casas de alvenaria, ruas pavimentadas e uma orla com 1,3 km de extensão chamada orgulhosamente de Avenida Brasília Formosa (MONTEIRO, 2012, p. 15).

Além da retirada das palafitas e desapropriação das moradias irregulares, o Projeto de Requalificação da orla de Brasília Teimosa, que na “boca do povo” se tornou Avenida Brasília Formosa, ofereceu à comunidade áreas de lazer como a ciclovia, a avenida beira-mar e o acesso à praia, e assim “configurando uma urbanização necessária e preventiva às novas reocupações dessa bela e importante área pública e coletiva” (FERNANDES, 2010, p. 99). Apesar da realidade persistente de desigualdade social e seus desdobramentos como violência e tráfico de drogas e da especulação imobiliária que gera insegurança, pelo menos

[...] os moradores sabem que não precisam mais ir de jangada atrás do presidente do Brasil – já que na história mais recente, ele é quem foi até a comunidade – para terem os seus direitos garantidos. Entenderam que juntos são fortes e que dividem mais do que um endereço comum. Dividem uma história, um passado de luta e de realizações que parecem enraizadas na memória de seus moradores. Nos discursos de crianças e adultos de Brasília Teimosa parece haver um sentimento comum, uma sensação de “pertencimento” [...] (MONTEIRO, 2012, p. 16)

Compreendendo a complexidade do espaço a ser investigado (sobretudo a questão da segurança) e a contribuição valiosa da incursão em grupo com as impressões compartilhadas, foi também necessária a companhia de alguém relacionado à comunidade. Somado a esses aspectos, Recife não era uma cidade conhecida fisicamente pelos pesquisadores envolvidos quanto o Rio. Através de pessoas próximas, foi possível entrar em contato com um designer que mora no bairro e tem por lá seu estúdio de maquetes. Ele se disponibilizou a nos acompanhar pelas ruas de Brasília Teimosa à procura das gambiarras. Pela sua formação na área e conhecimento da história de Recife e especificamente de Brasília Teimosa, nos guiou facilmente pelas estreitas vielas e acrescentou informações importantes à pesquisa.

O encontro ocorreu no bairro de Pina, onde estávamos hospedados, que faz divisa com Brasília Teimosa. De lá seguimos em direção ao território a ser explorado. Nossa companhia local sugeriu iniciarmos pela orla, passando pela famosa obra de requalificação, a Avenida Brasília Formosa. De carro, fomos até sua extremidade, quase de frente à Praça do Marco Zero no Recife Antigo. Pela sua condição de ocupação, a organização da comunidade se deu de forma orgânica, com casas e ruas construídas de acordo com as possibilidades dos mo-



radores, sem parâmetros técnicos. Isto dificultou o mapeamento exato das ruas onde foram encontrados os produtos improvisados. Para o reconhecimento das gambiarras no espaço público, por conta da complexidade do território, nos deslocamos tanto de carro quanto a pé pelas ruas.

O primeiro artefato visto foi um aparente móvel com função de mesa ou balcão feito de restos de madeira e/ou PVC. Provavelmente o elemento de alvenaria revestido de cerâmica deve servir de banco e apoio (fig. 16).

**Figura 16: Mesa de restos de madeira e banco de alvenaria.**



Fonte: Henrique Placido.

O balcão (fig. 16) estava na esquina de um comércio de peixe. Caminhando pela rua transversal, encontramos vários exemplares de objetos adaptados e práticas de improviso. De imediato avistamos um senhor que trabalha como serralheiro. Ele utiliza restos de trilhos de trem e vergalhão para produzir as âncoras que são vendidas em seu estabelecimento no bairro (fig. 17). Nesta viela foram encontradas mais alguns artefatos improvisados (fig. 18 e 19).



**Figura 17: Mesa de trabalho do serralheiro.**



Fonte: Henrique Placido.

**Figura 18: Carrinho de vergalhão para carregar galão de água.**



Fonte: Henrique Placido.

**Figura 19: Conchas usadas para revestimento de fachada.**

Fonte: Henrique Placido.

Depois deste levantamento, continuamos em direção a um pequeno comércio local de peixes na beira do mar; um ponto de encontro de vários pescadores. Chegando ao estabelecimento à beira-mar, achamos um balcão de madeira improvisado para descamar peixes (fig. 20) e uma mesa de carretel industrial adaptada (fig. 21).

**Figura 20: Mesa adaptada para balcão de descamar peixe.**

Fonte: Henrique Placido.

**Figura 21: Carretel industrial com tampo de mesa plástica.**

Fonte: Henrique Placido.



De frente para a peixaria, um equipamento diferente nos chamou a atenção. De acordo com nosso guia local, é uma engenhoca típica da cidade: um carrinho feito da carcaça de geladeira ou freezer, sem o motor. Nela os ambulantes colocam bebida e gelo para conservar bem a temperatura e vender pelas praias (fig. 22). Com o sucesso da gambiarra, contam por lá que uma determinada fabricante de cervejas de grande porte “copiou” o invento popular e produziu industrialmente o carrinho.

**Figura 22: Carrinho de geladeira sem motor.**



Fonte: Henrique Placido.

Avançamos pela redondeza e achamos outros exemplares de gambiarras na loja de venda de aves. Entre eles, um viveiro feito a partir de partes reaproveitadas de peças de metal, aparentemente construído com um carrinho de abastecimento. Especulando na loja com as pessoas presentes sobre os materiais empregados, uma outra possibilidade levantada foi ter sido construído por aramados de supermercado soldados com a base de rodízios (fig. 23).

**Figura 23: Viveiro de peças de metal reaproveitadas.**



Fonte: Henrique Placido.

Continuamos a travessia pelo bairro em direção a Rua Francisco Valpassos. Alternando entre o deslocamento de carro pelas ruas estreitas e as entradas a pé nas vielas, foram encontradas outras gambiarras, como por exemplo, uma churrasqueira feita com tambor de máquina de lavar roupas (fig. 24).

**Figura 24: Churrasqueira de metais reaproveitados e tambor de máquina de lavar roupas.**



Fonte: Henrique Placido.

Após esta coleta de imagens, partimos rumo a última parada nas ruas internas de Brasília Teimosa. O ponto final foi a Rua Paru, antiga Rua H, onde conversamos com a responsável pela produção do Jardim Vitória, uma iniciativa em parceria com a associação de moradores do bairro.

**Figura 25: Jardim de materiais e objetos reaproveitados.**



Fonte: Henrique Placido.

Ela relatou que a esquina por muito tempo foi usada informalmente pelos habitantes da região como depósito de lixo, muitas vezes sendo jogado pela janela das casas em direção à calçada. Algumas atividades de conscientização foram feitas e por fim foi construído um jardim (fig. 25) de objetos reutilizados como vaso sanitário, pneus, calotas, baldes, garrafas PET, plásticos e etc. Desde então, o espaço é motivo de orgulho para a população do bairro. Ações como esta ajudam a despertar o senso de comunidade e de responsabilidade pelo espaço comum, além de dar a oportunidade para que os criativos teimosenses mostrem seus talentos para solucionar problemas comuns do cotidiano coletivo. Finalizada a incursão por Brasília Teimosa, seguimos para nossos destinos bastante satisfeitos com a coleta de imagens e interação entre nós e com as pessoas do bairro.

### 3 Percepções do processo cartográfico

Foi possível perceber que entre as comunidades de Recife e Rio de Janeiro determinadas soluções criativas se repetiam como o reaproveitamento de carrinhos de supermercado, o uso de materiais disponíveis para revestimento de pisos e fachadas, a composição de jardins com vasos sanitários descartados, etc. Partindo da classificação proposta por Bouffleur (2013), as gambiarras encontradas em ambos os espaços urbanos correspondem, conforme esperado, principalmente à pelo menos uma das quatro condições da relação recurso-demanda da prática de improvisação: ausência (indisponibilidade momentânea, como a ripa estendida para o funcionamento da antena – fig. 13), limitações (restrição quanto à necessidade de uso ou função, um exemplo são os cacos de vidro para proteção da casa – fig.11), disponibilidade (oportunidade de um determinado recurso material, tal como o viveiro de peças de metal reaproveitadas – fig. 23) e possibilidades (motivadores de improvisação, como o Jardim da Vitória, o jardim de materiais e objetos reaproveitados – fig. 25).

Dessa forma, o design espontâneo periférico como prática de improvisação em situação de escassez de recursos revela a habilidade criativa de uma camada da sociedade privada de acesso ao consumo básico para viver. Um exemplo de como os excluídos pela desigualdade social, em sua maioria descendentes dos negros e indígenas escravizados no passado colonial, lidam com o precário e (re)existem. Ou seja, dentro de suas condições materiais, constroem uma história vital.

Este entendimento do design espontâneo periférico se alinha ao conceito proposto por Escobar (2018) de design para a autonomia:



O insight básico do design para autonomia é aparentemente simples, que toda comunidade pratica o design de si. Certamente era este o caso com comunidades tradicionais. Eles produziam as normas pelas quais viviam suas vidas de forma amplamente endógena. Da mesma maneira que é o caso, hoje em dia, com muitas comunidades, tanto no sul Global quanto no Norte Global, que são jogadas na necessidade de desenvolver a si mesmas em face às manifestações cada vez mais profundas das crises e das mediações tecno-econômicas inescapáveis de seus mundos. (ESCOBAR, 2018, p. 143, tradução nossa)

Assim, da mesma maneira que Escobar (2018) vislumbra a potencialidade do design para a autonomia como uma resposta para a instabilidade global vigente, é possível inferir que no contexto da periferia capitalista, sobretudo no território latino-americano, as práticas de design espontâneo periférico podem abrir caminho para a imaginação de outros modos de vida.

## 4 Considerações Finais

A proposta de cartografar materialidades urbanas, especificamente gambiarras, nas comunidades do Recife e Rio de Janeiro parte da intenção de colaborar com a construção de outras histórias que constroem vários mundos. Fez parte do projeto colonial e depois estendido pelo imperialismo, a dominação não apenas material, mas também o controle da subjetividade, o poder sob a forma que se interpreta e se vive o mundo.

Há uma desigualdade evidente na possibilidade de acesso a certas utilidades e funcionalidades, inclusive algumas essenciais à sobrevivência: uma parte significativa da população depende de apelar ao improviso num cenário de escassez, enquanto ao resto é facultada a escolha e aquisição em meio a uma abundância de soluções, meramente de acordo com as próprias conveniências. Considerar as razões dessa dicotomia torna-se politicamente didático, permitindo perceber as injustiças que moldam o contexto social e material.

Por essa razão, pesquisar e historicizar o design espontâneo periférico e suas causas, reivindicando-o como parte do campo do design, é uma forma de questionar o sistema que faz com que seja uma prática necessária; e assim, potencialmente, uma contribuição para superá-lo, imaginando e construindo novas relações sociais sob uma óptica de emancipação. Este trabalho se torna, portanto, uma reflexão sobre algumas marcas do processo histórico de exploração e um convite para se imaginar contranarrativas no design, que questionem as estruturas de poder.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também reparar essa dignidade despedaçada (ADICHIE, 2019, p. 32).

## Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ARANTES, Erika Bastos. **O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/296837382.pdf>. Acesso em: maio de 2019.
- BARBER, Mariah; MACKAY, Rhona. A História Pouco Conhecida da Pequena África na Zona Portuária do Rio de Janeiro. In: **Rio On Watch - relato das favelas cariocas** (website). Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=20172>. Acesso em: maio de 2019.
- BOTELHO, Manoel. **O mistério do marketing das lajotas quebradas**. Revista Engenharia. Ed. 614, p. 91, 2013.
- BOUFLEUR, Rodrigo. **A questão da gambiarra: Formas Alternativas de Produzir Artefatos e suas Relações com o Design de Produtos**. Dissertação de Mestrado em Design e Arquitetura. FAU - USP: São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-24042007-150223/pt-br.php>. Acesso em: outubro de 2016.
- BOUFLEUR, Rodrigo. **Fundamentos da Gambiarra: A Improvisação Utilitária Contemporânea e seu Contexto Socioeconômico**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. FAU-USP: São Paulo, 2013. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-02072013-134355/publico/Fundamentos\\_Gambiarra\\_Rodrigo\\_Bouffleur\\_Revisada.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-02072013-134355/publico/Fundamentos_Gambiarra_Rodrigo_Bouffleur_Revisada.pdf). Acesso em: outubro de 2016.
- COSTA, Valéria Gomes. **O Recife nas rotas do Atlântico negro: tráfico, escravidão e identidades no Oitocentos**. Revista de História Comparada (UFRJ). Rio de Janeiro, v. 7, p. 186-217, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/372>. Acesso em: maio de 2019.
- DA COSTA. Flávia Carolina. **Morro da Conceição: Uma etnografia da sociabilidade e do conflito numa metrópole brasileira**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/214?show=full>. Acesso em: maio de 2019.
- ESCOBAR, Arturo. **Autonomous design and the emergente transnational critical design studies field**. Strategic Design Research Journal. Vol.11(2): 139-146. Unisinos, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/sdrj/article/view/sdrj.2018.112.10>. Acesso em: maio de 2019.
- FERNANDES, Ana Suassuna. **Zeis e Moradia: uma alternativa formosa para Brasília Teimosa?** Dissertação em Mestrado Profissional em Gestão Pública. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7613>. Acesso em: maio de 2019.
- LE GUIN, Ursula Kroeber. **A ficção como cesta: uma teoria**. Tradução: Priscilla Mello. The Carrier Bag Theory of Fiction (1986). In: Dancing at the Edge of the World – Thoughtson Words, Women, Places (1989). Ed. Grove Press. Disponível em: [academia.edu/44858388/A\\_Fic%C3%A7%C3%A3o\\_como\\_Cesta\\_Uma\\_Teoria\\_The\\_Carrier\\_Bag\\_Theory\\_](http://academia.edu/44858388/A_Fic%C3%A7%C3%A3o_como_Cesta_Uma_Teoria_The_Carrier_Bag_Theory_)

of\_Fiction\_Ursula\_K\_Le\_Guin. Acesso em: dezembro de 2021.

#### AUTOR DISSERTAÇÃO

MONTEIRO, Maria Carolina Maia. **Passeio em Brasília Teimosa. O jogo como ferramenta para construção de identidades.** Dissertação de Mestrado em Design. Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3578>. Acesso em: maio de 2019.

OLIVEIRA, Luiz Alberto. Mais Amanhã. Museu do Amanhã. In: **Muito + que dois: dois anos de história, mais de dois milhões de visitantes.** IDG: Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [museudoamanha.org.br/sites/default/files/MuseuAmanha\\_Livro\\_MuitoMaisQueDois.pdf](http://museudoamanha.org.br/sites/default/files/MuseuAmanha_Livro_MuitoMaisQueDois.pdf). Acesso em: dezembro de 2021.

PEDROZA, Amanda Sucupira. **Futuros possíveis: um estudo antropológico do Museu do amanhã (RJ).** Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade de Brasília: Brasília, 2018. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/20063>. Acesso em: maio de 2019.

PEREIRA JR, Clorisval. **Speculative cartography and the formation of public interest issues.** In: XXII Congresso Internacional da Sociedade Iberoamericana de Gráfica Digital. São Paulo: Blucher, p. 1333-1339, 2018. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/speculative-cartography-and-the-formation-of-public-interest-issues-29894>. Acesso em: maio de 2019.

PORTO MARAVILHA. Circuito histórico e arqueológico da celebração da herança africana. In: **Porto Maravilha** (website). Disponível: <https://www.portomaravilha.com.br/Circuito>. Acesso: maio de 2019.

RIUL, Marília; MEDEIROS, Carine Helena Meireles Fernandes de.; BARBOSA, Ana Valéria; SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. **Design espontâneo e Hibridismos: Artefatos da cidade e artefatos do interior.** Estudos em Design (Online), v. 23, p. 59, 2015. Disponível em: <https://estudosemdesign.emnuvens.com.br/design/article/view/233>. Acesso em: outubro de 2018.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, Cilene Camila da Silva; ALVES, Daniella Maria Cardoso Brito. **Teimosa Senhora: Histórias do Areal Novo à Brasília Teimosa atual.** Trabalho publicado nos Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Bahia, 2018. Disponível em: [https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/lista\\_area\\_JO11.htm](https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/lista_area_JO11.htm). Acesso em: maio de 2019.

TIA CIATA. Biografia. In: **Tia Ciata** (website). Disponível em: <https://www.tiaciata.org.br/tia-ciata/biografia>. Acesso em: 21 de junho 2019.